



INFORMATIVO

O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

510 anos da descoberta da Ilha de São Francisco e do Rio da Prata por Juan Dias de Solis. 490 anos do início do 2º Ciclo econômico no Brasil, o do Açúcar. 480 anos da fundação de Santos, por Brás Cubas. 460 anos da fundação de São Sebastião do Rio de Janeiro. 410 anos da expulsão dos franceses do MA pelos luso-brasileiros. 400 anos da chegada a Salvador da esquadra de Dom Fadrique de Toledo Osório (Jornada dos Vassalos) e expulsão dos holandeses. 390 anos da perda do Arraial do Bom Jesus para os holandeses. Prisão de Domingos Fernandes Calabar e execução pelo Conselho de Guerra em Porto Calvo, acusado de alta traição em favor dos holandeses. 380 anos do início da Insurreição Pernambucana contra os holandeses e do Compromisso Imortal. Elevação do Brasil a Principado. 330 anos do início do Ciclo do Ouro. Morte de Zumbi dos Palmares. Destruição do quilombo de Palmares. 310 anos do II Tratado de Utrecht e devolução da Colônia do Sacramento a Portugal. 290 anos da Guerra Luso-Espanhola (até 1737) e da assunção do governo do Rio de Janeiro pelo Brigadeiro José da Silva Pais. 270 anos da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e criação da Capitania do Rio Negro. 260 anos do início da Derrama em Minas Gerais. 210 anos da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. 200 anos do reconhecimento da independência do Brasil por Portugal. Início da Guerra da Cisplatina. Nascimento de Dom Pedro II. 190 anos do início da Revolução Farroupilha. 180 anos do fim da Guerra dos Farrapos. 160 anos da Tomada de Corumbá pelo Paraguai. Declaração de guerra do Paraguai à Argentina e invasão de Corrientes. Tratado da Tríplice Aliança. Fim da Questão Christie. 150 anos do Regulamento Disciplinar do Exército. 130 anos do fim da Revolta Federalista no RS. 90 anos da Lei de Segurança Nacional e da vitória contra a Intentona Comunista. 80 anos das grandes conquistas da FEB na Itália e fim da 2ª GM. 70 anos da crise institucional de 1955. 60 anos do AI2. 30 anos da UNAVEM.

2025

Maio

Nº 479

A HISTÓRIA DE FRANÇA EM POUCAS PALAVRAS

Luiz Ernani Caminha Giorgis(*)

(Trabalho baseado nas Enciclopédias Delta-Larousse e Barsa)

"Patriotismo é quando o amor por seu próprio povo vem primeiro; nacionalismo, quando o ódio pelos demais povos vem primeiro".

Charles de Gaulle

Informações iniciais

O território francês possui 551,6 mil Km² e limita-se com o Canal da Mancha, Bélgica, Alemanha, Luxemburgo, Suíça, Itália, Golfo de Lion, Mônaco, Andorra, Espanha e Golfo de Biscaia. Possui litoral atlântico (norte e oeste), e mediterrâneo, ao sul.

Os climas são o oceânico, o continental, o mediterrâneo e o de montanha. A vegetação limita-se a mediterrânea e a não-mediterrânea. Os principais rios são o Loire, o Sena, o Dordonha, o Garona, o Ródano e o Reno. A geologia se caracteriza por duas áreas topográficas distintas, uma de planaltos e planícies e outra montanhosa. A população atual é de 68,4 milhões. As principais cidades são Paris (a capital), Marselha, Lyon, Toulouse e Nice.

A economia é diversificada, possuindo desenvolvida agricultura e indústria de ponta, além de mineração, comércio e um turismo muito expressivo. Possui o país excelente estrutura rodo-hidro-ferroviária.

O sistema de governo é presidencialista, tendo o executivo poder para nomear e demitir o Primeiro-Ministro e de dissolver a Assembleia Nacional. O Judiciário é exercido pela Suprema Corte de Justiça (nove membros).

A defesa da França é proporcionada pelas três Forças Armadas e por forças especiais de elite, como o Grupo de Intervenção da Gendarmeria Nacional (GIGN) e o Comando de Operações Especiais (COS). Além disso, existe a Legião Estrangeira, um ramo do serviço militar do Exército Francês criado em 1831. Os legionários são soldados de infantaria altamente treinados e a Legião é única por ser aberta a recrutas estrangeiros dispostos a servir nas Forças Armadas Francesas.

Potência nuclear, a França possui uma indústria de defesa robusta, que fabrica uma ampla gama de equipamentos militares avançados. Empresas francesas são conhecidas pela produção de sistemas de armas sofisticados, aeronaves, navios e veículos de combate. Essa indústria desempenha um papel importante no fortalecimento das capacidades militares da França e também contribui para a economia do país por meio da exportação de produtos de defesa (O Poder Militar da França: Uma Análise Detalhada - reyabogado.com).

Conforme informações de sites de defesa e armamentos, a França é autônoma em equipamentos militares, ou seja, não depende de nenhuma outra nação para lhe fornecer armas, equipamentos, peças de reposição e componentes. Abaixo, o mapa da França e os seus limites.



Resumo Histórico (até o governo de Valéry Giscard D'Estaigny)

A fundação de Massilia (Marselha) em cerca de 600 AC por gregos da Ásia Menor Ocidental representa a mais antiga data da história do país¹. Embora, por essa época, os ligúrios habitassem a região entre o Rio Durance e o Mediterrâneo, e os íberos ocupassem a zona ao sul do Garona, a maior parte da população do país era constituída de celtas. A imigração destes iniciou-se por volta do séc. VIII aC e terminou com o estabelecimento dos belgas entre o Sena e o Reno. Os gauleses, como eram denominados os celtas, mantiveram certa uniformidade étnica, mas jamais conseguiram alcançar a unidade política.

Romanos e Bárbaros

Em fins do séc. II A.C., as Gálias Ocidental e Meridional estavam já cercadas pelas conquistas romanas na Espanha e Norte da Itália. Em 58 aC, algumas tribos gaulesas, ameaçadas ao norte por invasores germânicos, solicitaram o auxílio romano para a defesa de seus territórios. Júlio César, então governador da Gália Transalpina e da Ilíria, usou este pretexto para iniciar uma série de campanhas (57-52 aC), que terminou com a anexação de toda a Gália ao Império Romano.

A conquista romana foi facilitada pela desunião das tribos gaulesas, e Vercingetórix, o único chefe militar a opor certa resistência aos romanos, foi derrotado e levado a Roma por César, como cativo. A romanização da Gália foi rápida e duradoura.

Apoiados pela aristocracia local, os funcionários romanos administravam as províncias, e algumas legiões garantiam as fronteiras. A vida urbana expandiu-se e a economia diversificou-se com o incremento do comércio e das manufaturas. Enquanto isso, o latim substituiu gradualmente a língua gaulesa. Não obstante, as tribos gaulesas conservaram sua identidade nas comunidades locais, e por duas vezes, em 21 e 69 (dC), revoltaram-se contra a dominação romana.

A autoridade romana começou a declinar no séc. III e muitas de suas atribuições foram sendo assumidas pela Igreja, cujos bispos e prelados eram recrutados entre as principais famílias gaulesas.

O Cristianismo penetrara na Gália desde o séc. I, mas sua difusão acelerada data do Édito de Milão (313), que garantiu a tolerância religiosa no Império. Quando ocorreram as grandes invasões bárbaras dos séc. IV e V, a Igreja já estava solidamente enraizada, sendo a única força organizada na Gália.

As invasões germânicas não tiveram na Gália o caráter avassalador que marcou outras invasões nos diversos pontos do Império Romano. Processaram-se gradualmente, ao longo de dois séculos, muitas vezes com o consentimento dos governadores romanos, em cujas legiões combatiam.

Em princípios do séc. V existiam na Gália três reinos germânicos: o dos francos, ao norte, o dos burgúndios, na Bacia do Saona e vales do Loire e do Ródano, e o dos visigodos, entre o Ródano e o Atlântico.

Dinastia Merovíngia² (séc. VI-VIII)

Dos reinos germânicos, mais importante, historicamente, é o dos francos, que, sob a Dinastia Merovíngia, iniciada por Clóvis (481-511), estendeu enormemente seus domínios. Clóvis, que se converteu ao Cristianismo, expulsou os visigodos do norte e dos Pireneus, mas não conseguiu submeter completamente o Reino dos Burgúndios. O reino de Clóvis foi, segundo o costume franco,

¹ Entretanto, há 40 mil anos já existia no território hoje francês o *Homo Sapiens*. E por volta de 4000 e 3000 aC danubianos e íberos (grupos não bárbaros) chegaram àquela região.

² A dinastia tem origem em Meroveu, um personagem lendário que se acredita ter sido o pai de Childerico I, o primeiro rei franco.

dividido entre seus filhos, e enquanto perdurou tal prática a França envolveu-se em guerras periódicas.

Clotário I, filho de Clóvis, impôs-se a seus três irmãos, Teuderico I (ou Childerico), Clodomir e Childeberto, e ampliou as conquistas. Mas ao morrer, em 561, o reino foi dividido em três partes, que se mantiveram autônomas durante algum tempo, tomando os nomes de Austrásia, Nêustria e Borgonha.



As lutas internas e a fraqueza de alguns reis minaram a Dinastia Merovíngia³. Dagoberto I (629-39), sucessor de Clotário II, foi o último dos merovíngios a exercer efetivamente o poder. Seus sucessores, que passaram à História com o nome de "reis indolentes", entregaram o poder ao mordomo ou prefeito do Palácio, cargo que, ao se tornar hereditário, deu origem à Dinastia Carolíngia.

Ao lado: Clovis I

Dinastia Carolíngia (Séc. VIII-X)

Carlos Martel, filho natural de Pepino de Herstal (Pepino II, o Moço) e quarto de sua família a ser prefeito do Palácio, é considerado o fundador da dinastia, embora não chegasse a ocupar o trono. Foi ele quem derrotou os árabes em uma batalha próximo a Poitiers⁴ (ano de 732).

Com a morte de Carlos Martel, as terras do reino foram divididas entre seus dois filhos, Carlomano e Pepino, o Breve. Este último unificou o poder e foi aclamado rei pela assembleia dos nobres (751), sendo sua coroa confirmada em 754 pelo Papa Estêvão III. Suas conquistas, consolidadas ao longo de 14 anos de guerras ininterruptas, fizeram do trono carolíngio o mais poderoso da Europa e permitiram que seu filho Carlos I Magno⁵, coroado Imperador do Ocidente em 800, criasse a primeira grande organização política surgida no Ocidente após a queda do Império Romano.

Com a divisão do Império de Carlos Magno entre seus netos pelo Tratado de Verdun (843), o território francês coube a Carlos, o Calvo (843-77). Este rei enfrentou simultaneamente uma guerra externa, contra os invasores normandos, e uma interna, contra os barões rebelados, que contavam

³ Os merovíngios são a mais antiga dinastia francesa, tendo surgido de origens francas sálias em meados do século V. O fundador da dinastia foi Childerico I, mas seu maior rei foi Clóvis I (481-511), o qual derrotou o governante romano Siágrio em 486 e os alamanos em 496, unindo a maior parte do norte da Gália acima do Loire sob seu controle. Mais tarde, ele derrotaria os visigodos, mas é mais lembrado por difundir o cristianismo em seu reino após adotar a fé nicena (de Nicéia) cristã de sua esposa Clotilde. No século VIII seu poder era em grande parte cerimonial, com a força real residindo nas mãos dos Prefeitos do Palácio (administradores da casa). Em 751, um desses Prefeitos - Pepino, o Breve, depôs o último rei merovíngio para estabelecer a dinastia carolíngia. Assim, é possível afirmar que Pepino de Herstal, o Breve (ou Moço), foi um dos pais da nação francesa.

⁴ A Batalha de Poitiers, também conhecida como Batalha de Tours, foi um dos eventos mais significativos da história medieval. Ocorreu em 732, quando as forças muçulmanas, lideradas por Abd al-Rahman, avançaram da Península Ibérica em direção ao norte da França, após terem conquistado várias cidades importantes, como Avignon e Lyon. O objetivo dos muçulmanos era expandir seu território e disseminar a religião islâmica na Europa. Foram barrados na França.

⁵ Este foi o grande fundador da nação, sendo o principal "pai" da França.



com o auxílio de seu irmão e rival, Luís, o Germânico. Essa luta em duas frentes obrigou o monarca a fazer concessões à nobreza, descentralizando o poder e dividindo o território em suseranias, parcelamento que caracterizou a estrutura política da França medieval.

Os 110 anos que mediam entre a sua morte e a ascensão de Hugo Capeto

marcam o ponto mais baixo ao qual chegou o poder real em França. A dependência dos reis aos seus mais poderosos vassallos era tão grande que os duques de Borgonha, que em 923 depuseram Carlos, o Simples, resolveram restaurar a dinastia, por acharem que a coroa trazia maiores encargos que vantagens.

Dinastia Capetíngia (987-1328)

O primeiro rei dessa dinastia foi Hugo Capeto, eleito em 987. A mudança dinástica não resolveu imediatamente a crise de autoridade. O soberano continuava dependente de alguns de seus vassallos, mas os capetíngios adotaram uma política prudente, administrando bem suas terras, evitando aventuras militares e aumentando seus territórios com anexações graduais. Instituíram também o costume de escolher e sagrar seus sucessores ainda em vida, evitando as guerras dinásticas.

Os mais importantes monarcas da Dinastia Capetíngia foram:

- Luís VI (1108-37), em cujo reinado surgiram as rivalidades entre o trono francês e o inglês, bem como intensificou-se o processo de urbanização;
- Filipe II Augusto (1180-1223) que, depois de derrotar a coligação dos condes de Artois e de Champagne, libertou-se da tutela dos barões, consolidando o poder real, além de ter obtido grandes vitórias sobre os reis ingleses Ricardo Coração de Leão e João-sem-Terra, apoderando-se da Normandia, Maine, Anjou, Touraine e Poitou;
- Luís IX (São Luís)⁶, o maior monarca da França medieval, que reorganizou a administração do reino, impôs a justiça real, normalizou a circulação das moedas e fez da Universidade de Paris o maior centro de estudos teológicos e jurídicos da época; e
- Filipe IV, o Belo, que pela primeira vez convocou os Estados Gerais, criou o Ministério Público e aumentou as terras da coroa; seus três filhos reinaram sucessivamente, sendo que o último, Carlos IV, morrendo sem deixar herdeiro varão, foi sucedido por Filipe VI de Valois, que deu início à uma nova dinastia.

Dinastia dos Valois (1328-1589)

⁶ Assim chamado porque suas ações foram inspiradas nos valores cristãos, sendo ele um homem extremamente devoto da fé católica, punindo a blasfêmia, jogos de azar, empréstimos de interesse e prostituição, comprando relíquias de Cristo para construir a Saint-Chapelle e tentando converter os judeus franceses. Construiu inúmeros hospitais, leprosários, orfanatos e escolas e era notadamente conhecido pela sua caridade e cuidado com os pobres e doentes.

Em 1328 a França era a maior potência da Europa Ocidental. O poder real estava em constante expansão, e somente quatro grandes feudos - Condado de Flandres e os ducados da Bretanha, Aquitânia e Borgonha - mantinham-se fora do domínio do monarca.

Os primeiros soberanos da Casa de Valois (Filipe VI, 1328-50; João II, O Bom, 1350-64; Carlos V, 1364-80; Carlos VI, 1380-1422 e Carlos VII, 1422-61) tentaram fortalecer o poder central o que, porém, somente se tornou possível com a derrota dos ingleses na Guerra dos Cem Anos.



Após a vitória sobre o inimigo estrangeiro nas batalhas de Orléans (maio de 1429) e Patay (junho do mesmo ano), nas quais se salientou a figura de Jeanne d'Arc (Joana de Arco, ao lado), sobrevieram à derrocada dos senhores feudais e a revogação dos privilégios da nobreza eclesiástica. Embora a monarquia tenha saído fortalecida, a grande afirmação do poder real só se tornou definitiva com a vitória de

Luís XI sobre o Duque de Borgonha, Carlos, o Temerário, na Batalha de Nancy (1477).

Durante os reinados de Luís XI (1461-83), Carlos VIII (1483-98) e Luís XII (1498-1515) a França alcançou quase inteiramente suas fronteiras definitivas, as instituições feudais passaram por rápidas transformações e um novo Estado substituiu a velha monarquia medieval⁷.

As anexações territoriais feitas durante esse período contribuíram para que Francisco I (1515-47) ao subir ao trono, se tornasse o senhor do mais poderoso país do Ocidente. Seu reinado foi marcado pela conclusão da Concordata de Bolonha (1516), consequência da vitória real sobre as tropas do Papa Leão X⁸, na Batalha de Marignan, e ainda pela introdução da Renascença em França, pelo primeiro movimento de expansão da Reforma, e pelo início das guerras francesas contra a Casa de Habsburgo.

A luta contra Carlos V e a Casa da Áustria, que se prolongou por dois séculos, foi uma reação contra o excesso de poder enfeixado em mãos dos Habsburgos⁹ que, além de dominarem os tronos da Áustria, Espanha, Nápoles e Países Baixos, tornaram-se imperadores do Sacro Império Romano, cercando a França por três lados.

O Protestantismo, que durante o reinado Francisco I começou a tornar-se uma força organizada dentro do país provocou, no decurso do meio século seguinte, sangrentas guerras civis, que assinalam também a derradeira tentativa da nobreza de firmar sua independência em face do poder real.

Uma das consequências das guerras religiosas foi a expedição de Nicolau Durand de Villegaignon ao Rio de Janeiro, durante o reinado de Henrique II, sucessor de Francisco I, com o objetivo de fundar no Brasil uma colônia onde houvesse liberdade de culto (huguenote).

Os três últimos monarcas da Casa de Valois (Francisco II, 1559-60; Carlos IX, 1560-74; e Henrique III, 1574-89) mostraram-se inteiramente incapazes de restaurar a autoridade real.

⁷ Portanto, entre 1461 e 1515, ou seja, 54 anos, a França atingiu sua formatação atual. Foi o fim da Era Medieval francesa.

⁸ Naquela época, os próprios papas lutavam em campo de batalha defendendo os chamados "estados pontifícios".

⁹ A Dinastia Habsburgo, também conhecida como Casa da Áustria, foi aquela que reinou na Áustria de 1278 até 1918 (640 anos). Foi a titular da coroa imperial do Sacro Império Romano-Germânico (de 1452 a 1806).

Dinastia dos Bourbons

A última das oito guerras religiosas em França terminou com a vitória do protestante Henrique de Navarra, primeiro dos Bourbons, o qual antes de subir ao trono com o nome de Henrique IV, teve de adotar a religião católica.

O Édito de Nantes que ele expediu em 1598, concedeu igualdade de direitos políticos e algumas garantias aos protestantes dando, assim, por encerrada a questão religiosa.

Após o assassinato de Henrique IV (1610), o reino foi entregue à regência desastrosa de Maria de Médicis, período cheio de intrigas e lutas de partidos, que só findou em 1624, quando Armand Jean du Plessis, Cardeal de Richelieu, entrou para o conselho do rei. O domínio político de Richelieu, que se prolongou por todo o reinado de Luís XIII (1610-43), inaugurou um breve período de absolutismo ministerial, durante o qual os conselheiros reais, que tinham a seu cargo a administração pública, ganharam certa autonomia. No governo de Richelieu reiniciou-se a luta contra os Habsburgos (Guerra dos Trinta Anos)¹⁰ e lançaram-se as bases do mercantilismo francês que, aperfeiçoado no reinado seguinte por Colbert¹¹, faria da França o mais rico país da Europa.

A autonomia dos conselhos reais, mantida por Mazarin¹² durante a regência (1643-61) que se seguiu à morte de Luís XIII, foi revogada por Luís XIV (1661-1715), o mais absolutista dos monarcas franceses. Aquele que, com a frase "o Estado sou eu", sintetizou a filosofia política do despotismo baseada na teoria do direito divino dos reis¹³. Seu reinado conheceu períodos de grande prosperidade econômica, progresso afinal anulado, em grande parte, pela revogação do Édito de Nantes, pelas guerras sucessivas e pelas exageradas despesas da corte em Versalhes¹⁴. Sua política exterior assinala o início das lutas da França em busca do que considerava suas fronteiras naturais e da expansão do seu império colonial.

Durante o reinado de Luís XV (1723-74), as possessões francesas na Índia e no Canadá foram cedidas à Inglaterra, em consequência da derrota na Guerra dos Sete Anos (França derrotada). Por outro lado, a teoria do direito divino dos reis começou a ser posta em dúvida. Estava, então, o país arrasado por guerras malogradas e o povo pronto a colher os ensinamentos da Enciclopédia, que pregavam a soberania da lei e da vontade popular sobre a vontade real. Estas ideias formaram a base filosófica da Revolução Francesa¹⁵.

O reinado de Luís XVI (1774-89) caracterizou-se por uma crônica instabilidade ministerial. Embora tivesse contado com o auxílio de hábeis ministros das Finanças, como Turgot e Necker, não

¹⁰ Esta guerra teve reflexos no Brasil Colônia. Diminuiu a presença francesa no Brasil, favoreceu a independência de Portugal em relação à Espanha e foi uma das causas da invasão holandesa no NE brasileiro, já que Espanha e Holanda foram inimigas (Giorgis, 2025, p. 27).

¹¹ Jean-Baptiste Colbert foi um político francês que ficou conhecido como ministro de estado e da economia do rei Luís XIV. Instalou o Colbertismo na França, onde teve uma grande importância no desenvolvimento do mercantilismo ou da teoria mercantilista, bem como das práticas de intervenção estatal na economia, que o mercantilismo adotava.

¹² Giulio Raimondo Mazzarino, conhecido como Cardeal Mazarino (Pescina, 14 de julho de 1602 – 9 de março de 1661), foi um estadista italiano radicado na França que serviu como primeiro-ministro da França de 1642 até à data da sua morte. Mazarino sucedeu a seu mentor, o Cardeal de Richelieu. Era irmão do Cardeal Miguel Mazzarino.

¹³ Doutrina política e religiosa segundo a qual o poder dos reis tinha como fundamento a vontade de Deus.

¹⁴ O Palácio era um antigo pavilhão de caça dos reis franceses, ampliado e transformado em residência e sede do reinado.

¹⁵ O Iluminismo, que foi um movimento intelectual que surgiu na Europa no século XVIII, conhecido como o "Século das Luzes". Defendia a valorização da razão em detrimento da fé, promovendo a ideia de que a razão poderia guiar a humanidade em direção ao progresso e à liberdade. Os pensadores mais influentes desse período incluem Jean Jacques Rousseau, o Barão de Montesquieu e o inglês Adam Smith, que criticavam o absolutismo e defendiam a limitação do poder real. O Iluminismo teve um impacto significativo na formação de ideias modernas sobre direitos humanos e democracia. Foi principalmente influente na França, exatamente o país que tinha os mais conhecidos monarcas absolutistas.

conseguiu evitar o caos econômico-financeiro, sendo obrigado a convocar, em 1789, os Estados Gerais¹⁶ afim de solicitar medidas fiscais de caráter excepcional. Depois de reunida, essa assembleia foi transformada em Assembleia Nacional Constituinte.

Revolução e Queda da Monarquia

A partir da formação da assembleia, os choques entre os representantes do povo e o rei tornaram-se cada vez mais violentos, culminando na tomada da Bastilha pelo povo (1789), deposição (1792) e execução de Luis XVI (1793) e a proclamação da República.

Deposto o monarca pelo Partido Jacobino, seu líder Robespierre subiu ao poder, instalando o chamado Regime do Terror, com um Executivo forte, um Legislativo privado de iniciativa, administração centralizada e enfeixando em suas mãos o poder de efetuar execuções sumárias. Depois da execução de Robespierre, o poder foi ocupado por um grupo mais moderado, que votou nova constituição em 1795, inaugurando o Regime do Diretório, governado por cinco membros: La Revellière-Lépeaux, Jean François Reubell, Paul Barras, Charles Letourneur e Nicolas Carnot. Este governo, dividido internamente, atacado pelos que dele participavam e tendo ainda que manter uma guerra externa contra poderosa coligação, foi dissolvido a 9 de novembro de 1799 (18 do Brumário¹⁷, no Calendário da Revolução) pelo jovem general que em seu nome conquistara quase toda a Itália e obtivera grandes vitórias no Egito: Napoleão Bonaparte.

Consulado e Primeiro Império (1799-1814)

Durante os quatro primeiros anos do governo de Napoleão, instituiu-se o chamado regime do Consulado no qual o poder estava, de fato, nas mãos do primeiro cônsul, apesar de teoricamente partilhado com dois outros cônsules (Cambacérès e Lebrun).

Em 1802, Napoleão adquiriu o direito de indicar seu sucessor, abrindo, assim, caminho para a fundação de uma dinastia, e a 2 de dezembro de 1804 o império francês foi proclamado.

Durante seu governo, Napoleão desenvolveu intensa atividade militar na Europa. A derrota dos austríacos nas batalhas de Marengo e Hohenlinden, em 1800, levou à assinatura do Tratado de Lunéville (1801).

Apesar do Tratado de Amiens (1802) com a Inglaterra, reiniciou-se em 1803 a guerra com esse país, cuja invasão foi frustrada pela derrota francesa na Batalha de Trafalgar (1805). Napoleão enviou então seu exército contra a Áustria e, após a Batalha de Ilm (1805), ocupou Viena, derrotando em seguida as forças coligadas da Áustria e da Rússia na Batalha de Austerlitz (02 de dezembro). A Prússia, que entrara no conflito ao lado da Áustria, teve seus exércitos rapidamente destruídos em Jena e Auerstädt (1806), enquanto a Rússia sofria nova derrota em Friedland (1807). Após submeter a Itália e a Prússia, enfraquecer a Áustria e forçar a Rússia a fechar seus portos do Báltico à navegação britânica, Bonaparte iniciou a guerra peninsular contra a Espanha e Portugal (1808), o que lhe custou enormes recursos em homens e dinheiro, derrotou os austríacos em Eckmühl e Wagram (1809) e ainda enfrentou a campanha contra a Rússia (1812), que culminou na desastrosa retirada de Moscou.

¹⁶ Os Estados Gerais (ou Assembleia dos Estados Gerais) foram uma assembleia representativa da sociedade francesa, convocada pelo rei Luís XVI em 1789, em meio a uma crise financeira. Era composta por três estados: Primeiro Estado: clero; Segundo Estado: nobreza; e Terceiro Estado: burguesia e camponeses. Os Estados Gerais tinham como objetivo discutir e reformar as leis da França, mas sua convocação também foi um dos eventos que levaram à Revolução Francesa.

¹⁷ Os meses eram vendemiário (colheita de uvas), brumário (brumas), frimário (frio), nivoso (de neve), pluvioso (de chuva), ventoso (ventos), germinal (germinação), floreal (das flores), prairial (dos prados), messidor (colheita), termidor (de termal) e frutidor (das frutas).

Seguiram-se sucessivas vitórias das forças aliadas, e a 11 de abril de 1814 Napoleão assinou, em Fontainebleau, sua primeira abdicação.

Restauração (1814-30)

Com a restauração dos Bourbons na pessoa de Luís XVIII (1815-24), irmão de Luís XVI, a Revolução, ao menos formalmente, voltou ao seu ponto de partida, restabelecendo-se a monarquia constitucional baseada na predominância da burguesia.

Apesar de interrompido pelo episódio dos Cem Dias, quando Napoleão retornou da Ilha de Elba, em março de 1815, para ser definitivamente derrotado em Waterloo (junho), o primeiro governo da restauração manteve, a princípio, uma política liberal e moderada.

A partir de 1820, as forças reacionárias passaram a dominar o rei. O sucessor de Luís XVIII Carlos X (1824-30), de tendência claramente reacionária, tentou restaurar o direito divino dos reis, alienando o apoio da burguesia. Derrotado nas eleições de julho de 1830, dissolveu a assembleia, aboliu a liberdade de imprensa e restringiu o direito de voto. A oposição respondeu a essas medidas ditatoriais com greves, seguidas de demonstrações armadas e barricadas. Depois de três dias de lutas, o rei abdicou em favor de seu neto, Luís Felipe de Orléans.

Monarquia de julho (1830-48)

A Revolução de 1830 representou ao mesmo tempo uma vitória da burguesia sobre a aristocracia e uma reivindicação em favor do estabelecimento da soberania popular. Luís Felipe, que enfrentou de um lado a oposição dos legitimistas e, de outro, a dos seguidores de Luís Bonaparte, governou sob uma constituição moderada. Mas o imobilismo político do governo Guizot durante os últimos oito anos do reinado de Luís Felipe, época em que a agitação reformadora e socialista (esta sob a liderança de Louis Blanc) era intensa, provocou a Revolução de 1848 e a proclamação da II República.

II República (1848-52) e II Império (1852-70)

Nas primeiras eleições presidenciais da II República saiu vencedor Luís Napoleão, sobrinho de Napoleão I, que no início de seu governo manteve-se fiel à Constituição, embora favorecesse diversas leis antidemocráticas. Em dezembro de 1851, no entanto, Luís Napoleão desfechou um golpe de Estado e assumiu o poder absoluto. E a 2 de dezembro de 1852, após sua vitória em um plebiscito, foi proclamado imperador com o nome de Napoleão III (ao lado).



Durante os primeiros anos do II Império, a maior parte dos direitos individuais, a liberdade de imprensa e de opinião foram restabelecidas. Embora engajassem o país em três desastrosas aventuras militares, inclusive em uma tentativa colonial no México¹⁸, Napoleão III manteve sua popularidade graças à prosperidade material então existente. Sua política exterior, no entanto, acabou isolando a França em uma Europa dominada pela diplomacia do chanceler prussiano Bismarck, e quando a Assembleia Naci-

¹⁸ Em maio de 1864, Napoleão III impôs Maximiliano de Habsburgo como Imperador do México. Este, nomeou uma missão diplomática para estabelecer relações com o Império do Brasil (agosto) a qual foi recebida com frieza no Rio de Janeiro. Maximiliano foi fuzilado em Santiago de Querétaro em 19 de junho de 1867, juntamente com dois de seus generais. Os EUA não puderam interferir neste processo histórico porque estavam enfrentando a Guerra de Secessão (Giorgis, 2005, p. 83)

onal votou a declaração de guerra à Prússia, a propósito da questão da Sucessão Espanhola¹⁹, a 19 de julho de 1870, o país teve de enfrentar sozinho a poderosa máquina militar prussiana²⁰. Em apenas seis semanas os dois principais exércitos franceses estavam cercados em Metz e Sedan, e a 2 de setembro Napoleão III capitulava. Esta derrota destruiu o Império, que foi substituído por um governo republicano.

III República até 1914

A pesar de tentar ainda resistir aos exércitos prussianos, o governo republicano capitulou a 28 de janeiro de 1871. Pelo tratado de paz, assinado em Frankfurt, a França perdeu a Alsácia e parte da Lorena e comprometeu-se a pagar pesada indenização de guerra. O primeiro governo da III República, chefiado por Louis Adolphe Thiers, esmagou a Comuna de Paris (1871), restaurando a ordem interna, pagou a indenização de guerra e adotou uma constituição republicana, apesar de ser a maioria da Assembleia composta de monarquistas. Seguiram-se os governos de Patrice de MacMahon (1873-79), Jules Grévy (1879-87), Sadi Carnot (1887-94), Jean Casimir Périer (1894-95), Félix Faure (1895-99), Emile Loubet (1899-1906) e Armand Fallières (1906-13), que tiveram como característica dominante a luta entre republicanos e monarquistas e, a partir de 1879, socialistas.

As relações entre a Igreja e o Estado e entre católicos e anticlericais foram também objeto de violentos debates, principalmente após o Caso Dreyfus (1894-1906) e, durante o governo de Emile Loubet, uma série de leis anulou a Concordata de 1801, até separar completamente a Igreja do Estado.

Em política exterior, o período foi marcado pela expansão do império colonial na África (Tunísia, Madagascar, Congo) e Ásia (Indochina) e pelas alianças com a Inglaterra e a Rússia.

I Guerra Mundial

Ao iniciar-se a I Guerra Mundial, no governo de Raymond Poincaré (1913-20), o exército francês estava mal equipado em artilharia pesada, e as tropas alemãs invadiram o país pelo Norte, chegando a ameaçar Paris. Mas logo o avanço alemão foi detido e a frente de batalha estabilizada. Em 1917, Georges Clemenceau subiu ao poder, e, dinamizando o esforço de guerra, conduziu o país à vitória final, conseguida a 11 de novembro de 1918²¹.

O país saiu do conflito com sua economia bastante abalada: cidades, minas e fazendas em ruínas, e as áreas industriais do Norte em grande parte destruídas. As baixas francesas na guerra elevaram-se a cerca de 1.400.000 mortos e feridos.

Período Entreguerras (1919-39)

Após a negociação do Tratado de Versalhes (1919), em que a França exigiu restituições, reparações e, sobretudo, garantias contra a Alemanha, o governo de coalizão que prevalecera durante a guerra cindiu-se, formando-se o Bloco Nacional, que governou até 1924, e o Bloco das Esquerdas, chefiado por Edouard Herriot.

¹⁹ O evento que levou diretamente ao conflito foi a questão da sucessão espanhola. Em novembro de 1869, o trono da Espanha estava vago. O governo espanhol ofereceu-o a um príncipe prussiano, Leopoldo de Hohenzollern, que pediu permissão ao rei Guilherme I para reinar. Este, deu seu consentimento em junho de 1870. Mas a França ficou geopoliticamente ameaçada, pois teria então uma presença prussiana a temer tanto no sul quanto no leste.

²⁰ A Batalha de Sedan foi em 1º de setembro de 1870. A França foi severamente derrotada, com a rendição de 83 mil franceses e Napoleão III capturado. Os alemães cercaram Paris em 19. O Chefe do EM alemão era o General Helmuth von Moltke, o velho. O Moltke “jovem” foi o General Helmuth Johannes Ludwig von Moltke (Giorgis, 2025, p. 85).

²¹ Com o valioso apoio militar dos EUA e da Inglaterra.

Os principais problemas da época eram a reconstrução da economia e a estabilização do franco, sendo que este último objetivo somente foi alcançado em 1926, quando Raymond Poincaré formou novo governo de coalizão e repudiou 50% das dívidas públicas de guerra. A partir de 1929 a instabilidade política foi grande. Entre 1932, auge da crise provocada pela depressão econômica, e 1936, quando o socialista Leon Blum unificou as esquerdas e formou seu governo de Frente Popular, a França teve dez governos diferentes. Léon Blum, ao assumir o poder, enfrentou uma série de greves, que solucionou, tornando obrigatórias as negociações coletivas em conflitos trabalhistas.

Os últimos anos da República foram assinalados pelo conflito aberto entre as forças parlamentares, de um lado, e as forças do Fascismo e do Comunismo, de outro. As tensões internacionais refletiam-se nos conflitos internos. Blum tentou armar o país contra a ameaça nazista, manteve-o neutro em face da Guerra Civil Espanhola e dissolveu as organizações direitistas que procuravam derrubar a República, tais como a Croix de Feu, Partido Social Français e Comité Secret d'Action Révolutionnaire. Por falta de apoio das classes produtoras, o gabinete de Léon Blum caiu em junho de 1937.

Em abril de 1938, em vista da crescente ameaça hitlerista, formou-se o Governo de Defesa Nacional, chefiado por Edouard Daladier, que se caracterizou por sua ação enérgica contra os comunistas às vésperas da II Guerra Mundial.

II Guerra Mundial

A França foi derrotada no primeiro semestre de 1940 em apenas seis semanas de campanha²² pelas divisões panzer alemãs. Em março de 1940 Paul Reynaud sucedeu a Daladier. Depois da Retirada de Dunquerque²³ e com a ocupação de Paris pelos alemães, o governo fugiu para Bordeaux, e a 16 de junho Reynaud renunciou, abrindo as portas do poder ao Marechal Philippe Pétain, que assinou o armistício com Hitler antes do colapso total. Embora não fosse membro do governo à época da assinatura do armistício, Pierre Laval a ele juntou-se no dia seguinte e tornou-se o principal arquiteto do Governo de Vichy²⁴.



²² Esta vergonhosa derrota é relatada por March Bloch no livro *Estranha Derrota*, disponível na Internet.

²³ A Retirada de Dunquerque foi uma operação militar realizada durante a Segunda Guerra Mundial. A operação consistiu na evacuação de quase trezentos e quarenta mil soldados aliados sob intenso bombardeio, da cidade francesa de Dunquerque até a cidade inglesa de Dover. A evacuação ocorreu entre 26 de maio e 4 de junho de 1940. A retirada de Dunquerque é considerada uma das maiores retiradas estratégicas da história militar. Mérito de Winston Churchill.

²⁴ Foi Laval quem persuadiu a Assembleia Nacional, em julho de 1940, a conceder autoridade a Pétain para promulgar uma nova constituição, enfeixando, assim, nas mãos deste, plenos poderes legislativo e executivo da França ocupada.



Paralelamente ao Governo de Vichy, mero instrumento da política hitlerista, o General Charles De Gaulle (acima) formava, em Londres, o Comité Nacional Francês (1941) e, com o seu grupo de franceses livres, procurou manter viva a resistência ao Nazismo, tanto na França ocupada (onde os "maquis"²⁵ da Resistência travaram uma luta sem tréguas contra os invasores, ao lado) como nas colônias.

IV República

Em setembro de 1944 foi reorganizado o governo provisório, sob a chefia de De Gaulle, que renunciou ao cargo em janeiro de 1946, em protesto contra a adoção, pela Assembleia Constituinte, de um sistema parlamentar que o futuro revelaria incapaz de resolver os problemas do país. O novo ministério, chefiado por Georges Bidault, obteve do eleitorado a aprovação da nova Constituição.

Em 1947, o Partido Comunista Francês, com grande bancada na Assembleia, ao ser aliado do gabinete, lançou uma ofensiva pela posse do poder. Organizou, então, uma série de greves rotativas que paralisaram diversos setores da economia e apoiaram as insurreições anticolonialistas na Indochina, Argélia e Madagascar. A situação começou a melhorar com a entrada em vigor do Plano Marshall, que canalizou recursos maciços para a reconstrução econômica. De Gaulle fundou um partido político, o R.P.F. (Rassemblement du Peuple Français), e Léon Blum unificou na "terceira força" os partidos anticomunistas, constituindo um governo relativamente estável.

Na Indochina, os rebeldes comunistas derrotaram o exército francês em Dien Bien Fu, terminando o conflito com o Armistício de Genebra, assinado a 20 de julho de 1954. Em novembro desse mesmo ano, um grupo de patriotas muçulmanos começava a luta pela independência da Argélia, guerra que passou a constituir importante fator da política interna francesa. Em maio de 1958, após prolongada crise parlamentar, o Primeiro-Ministro Pierre Pflimlin renunciou em face do ultimato lançado pelos militares franceses em serviço na Argélia, liderados pelos generais Raoul Salan e Jacques Massu, que desejavam um governo forte, chefiado por De Gaulle, e carta branca para esmagar a rebelião argelina.

V República

Em 1º de junho de 1958, em virtude da situação política confusa, De Gaulle assumiu poderes de emergência com autoridade para reformar a Constituição. A nova Constituição, que fez aprovar em referendo popular a 28 de setembro de 1958, previa um Executivo forte e a possibilidade de as colônias se desligarem da França ou com ela adotarem um sistema de comunidade federativa.

Eleito presidente para o período 1958-65, De Gaulle adotou o princípio da autodeterminação da Argélia, o que provocou violenta reação entre militares e colonos. A política de autodeterminação foi aprovada por franceses e argelinos no referendo de 8 de janeiro de 1961, e as negociações entre o governo rebelde e a França foram iniciadas a 20 de maio em Évian-lesBains. Entre 21 e 26 de abril, no entanto, alguns generais, liderados por Salan, Challe, Zeller e Jouhaud, tentaram um golpe contra

²⁵ O termo provém de um tipo de vegetação mediterrânea.

De Gaulle, chegaram a tomar Argel, mas, não obtendo as adesões esperadas, retiraram-se, em seguida. Salan e Jouhaud passaram a chefiar a organização terrorista do Exército Secreto, até serem presos em 1962, encerrando o período das guerras coloniais francesas.

A solução da crise argelina fortaleceu o prestígio de De Gaulle, para quem a Europa não deve depender nem dos EUA nem da U.R.S.S., mas constituir uma terceira força mundial, em que a França ocuparia a liderança. De Gaulle passou, então, a assumir uma posição cada vez mais independente em relação à estratégia da política exterior norte-americana. Em consequência, recusou-se a aderir ao Tratado Antiatômico de Moscou (1963), ao mesmo tempo em que vetou o ingresso da Grã-Bretanha no Mercado Comum Europeu. Em 1964, reconheceu a República Popular da China e, em face do agravamento do conflito no Vietnã, defendeu uma solução negociada para os problemas do Sudeste Asiático. Em 1965, De Gaulle reelegeu-se para um novo período presidencial de sete anos, e em 1966 decidiu retirar a França da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), não mais permitindo instalações militares estrangeiras em território francês.

O ano de 1968 foi assinalado pelos acontecimentos de maio-junho, série de violentos protestos estudantis e greves operárias que chegaram a ameaçar a continuidade do regime. Em consequência, De Gaulle dissolveu o Parlamento e convocou eleições, que favoreceram o partido governista. Em 1969, porém, entrou em conflito com o Senado que desejava maior descentralização do poder — e, em face da derrota no referendo nacional realizado a 27 de abril para resolver o impasse, renunciou à presidência.



Sucedeu-lhe Georges Pompidou (1911-74, ao lado). Estreitamente ligado a De Gaulle, a quem servira como primeiro-ministro por seis anos, Pompidou incompatibilizara-se com ele durante a crise de 1968. No poder, modificaria a linha política do general, desvalorizando o franco e suspendendo o veto francês à entrada do Reino Unido no Mercado Comum Europeu. Prosseguindo na tentativa de distensão com os países do campo socialista, visitou a U.R.S.S. em 1970, 1973 e 1974, e a China em 1973. Os encontros que manteve com o Presidente Nixon nos Açores (1971) e na Islândia (1973) não conseguiram melhorar sensivelmente as relações entre a França e os EUA. Pompidou teve, sucessivamente, como Premiers Jacques Chaban-Delmas e Pierre Messmer.

Ao falecer, foi sucedido pelo ministro da Economia e Finanças, Valéry Giscard d'Estaing, líder dos republicanos independentes, que derrotara por pequena margem de votos o candidato das esquerdas coligadas, François Mitterrand. Seu governo caracterizou-se, desde a posse, por um estilo de informalidade e pragmatismo; e anunciou que a construção da Europa seria, daí por diante, o grande objetivo da política externa francesa — um rompimento frontal com a ortodoxia gaullista.

Encerramento

A França, em sua história, teve a desgracia de ser invadida pelo menos duas vezes gravemente: na derrota contra a Prússia em 1870 e na derrota contra os alemães em 1940. No século XIX, em 1815, não é possível esquecer a fragorosa derrota de Napoleão frente as tropas inglesas e prussianas, comandadas pelo Conde de Wellington - General Arthur Wellesley em Waterloo.

Antes disso, em 1812, a retirada de Napoleão da capital russa foi uma hecatombe humana em matéria de mortes, baixas, desaparecimentos e deserções entre os franceses.

Além disso, os franceses foram derrotados na Indochina no início da década de 1950. Socorridos pelos norte-americanos, o processo bélico originou a Guerra do Vietnã, a qual foi vencida pelo Vietnã do Norte. O número de perdas humanas foi absolutamente enorme. Uma verdadeira tragédia que poderia ter sido evitada.

De certa forma, a Argélia também foi vitoriosa na sua luta anticolonial. Assim como as ex-colônias francesas africanas.

Poucas são as vitórias francesas. Na I e na II GM a França foi vitoriosa por meio do apoio militar dos Aliados. Pelos próprios meios é possível afirmar que não teria alcançado essas vitórias.

As grandes vitórias da França foram as da época napoleônica, mas nenhuma duradoura.

A França se destacou e se destaca com grandes nomes nos diversos campos da política, economia, militar, artístico, religioso, científico, etc.

Entre outros, Carlos Magno, Joana d'Arc, Napoleão Bonaparte, Richelieu, Jean Jacques Rousseau, Jean Bodin, Talleyrand, La Fontaine, Descartes, Malebranche, Diderot, Voltaire, Robespierre, Danton, Victor Hugo, Montesquieu, Alexis de Tocqueville, Lamartine, Thiers, Auguste Comte, Foch, De Gaulle, Émile Zola, Anatole France, Maupassant, Durkheim, Monet, Renoir, Van Gogh, Toulouse-Lautrec, Marcel Proust, Gide, André Malroux, Maurice Ravel, Jean Paul Sartre, Teilhard de Chardin, Le Courbisier, Alexandre Dumas, Vauban, Kellermann, Lafayette, Michel Ney, MacMahon, Joffre, Pétain, Edith Piaf, Charles Aznavour, Ampère, D'Alembert, Champollion, Pierre e Marie Curie, Foucault, Lavoisier, Pascal, Dumouriez, Henri Giraud, Kléber, Leclerc, Weygand, etc.

Referências:

BARSA, Enciclopédia. Edição de 1977, 14 volumes. Rio de Janeiro: Barsa, 1977, volume 6.

DELTA-LAROUSSE, Enciclopédia. Rio de Janeiro: Delta, 1972, volume 7.

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Brasil - Linha do Tempo. Porto Alegre: Renascença, 2025.



Bandeira da França: o azul e o vermelho representam a capital francesa, Paris, enquanto o branco foi adicionado para representar a realeza.

(*) Coronel de Infantaria e Estado-Maior Veterano do EB.

NAÇÃO, ESTADO, PODER E SOBERANIA NAS DEMOCRACIAS – PARTE I

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

Uma Nação é formada, essencialmente, por um ou mais de um povo com base num território e em aspirações materiais e imateriais comuns, que lhe dão unidade e coesão. Ela institui o Estado a quem delega o Poder Nacional para promover desenvolvimento, segurança, bem-estar, liberdade, justiça e soberania – suas necessidades fundamentais.

O Estado se organiza em um sistema jurídico e em instituições com que administra a Nação em proveito do bem comum. É, por dever de ofício, servidor e não senhor da Nação e de seu povo.

O Poder Nacional tem de ser uno e indivisível, pois a pluralidade de poderes causaria disputas e conflitos com alto potencial de cisão e dissolução da Nação. Executivo, Legislativo e Judiciário não são, em essência, poderes nacionais e sim Funções Estatais (1) independentes entre si, com atribuições legais específicas, e precisam ser equilibradas em termos de poder relativo.

A Soberania Nacional também é delegada ao Estado, mas pertence ao povo que, por isso, tem autoridade natural para reformar o Estado (ver PARTE II - John Locke), caso ele não exerça a Soberania e o Poder Nacional em prol da Nação, ou seja, do bem comum. De tudo isso, fica bem claro que o Estado e, por extensão, o Governo são apenas delegados, jamais senhores do povo, da Nação, de seu Poder e de sua Soberania. Assim, cabe ao povo impor sua inata autoridade para implantar e proteger a democracia, cujos pilares são: liberdade com responsabilidade, moralidade e disciplina; justiça com legalidade e legitimidade; e soberania popular com cidadania, civismo e autoridade sobre o Estado. Tais pilares não estão consolidados no Brasil, portanto, não somos uma democracia de fato.

Nas democracias, nenhum partido tem o direito de tomar o Poder, pois empalmaria as três Funções Estatais. O Estado seria substituído pelo partido, ente que não representa toda a Nação, apenas a maioria, por vezes muito pouco representativa como ocorre hoje no Brasil (2). Isso seria ditadura e não democracia, porque o partido que elege o presidente assume apenas a Função Estatal Executiva e não a Legislativa e a Judiciária, que também compõem o Estado. O Brasil corre o risco de virar uma ditadura socialista.

José Dirceu, mentor ideológico do PT, ao dizer “aí nós vamos tomar o poder, que é diferente de ganhar a eleição” (3), estaria pregando um golpe de estado? Segundo Valter Pomar, outro prócer do PT, “... desde o ponto de vista teórico, o uso do termo (comunismo) é essencial, uma vez que permite distinguir entre o que é a 'transição' e o que é o 'objetivo final'” (“A estrela na janela: ensaios sobre o PT e a situação internacional” - 2014, pág. 93). A “transição”, a que se refere Pomar, ocorre com a implantação do socialismo, ou seja, da antessala do comunismo. Socialismo e comunismo são ditaduras, não democracias!

(1) Poder-se-ia dizer que as Funções Estatais seriam como “subpoderes” subordinados, submissos e enquadrados pelo Poder Nacional.

(2) Ciente dessa divisão interna, um Presidente responsável e inteligente limitaria as “bandeiras” radicais de seu governo, considerando as “bandeiras” da imensa oposição, ciente de que não governa apenas para seu partido e sim para toda a Nação. Porém, não é esse o perfil do Presidente Lula, de seus partidários e aliados.

(3) Último Segundo: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-09-28/dirceu-eleicao-pt.html>

#####

NAÇÃO, ESTADO, PODER E SOBERANIA NAS DEMOCRACIAS – PARTE II

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

Estado e instituições se deslegitimam quando dominados por lideranças que usam o Poder Nacional manipulando as leis em proveito de interesses grupais, patrimonialistas, partidários e



Foto: Real Forte Príncipe da Beira – Imagem postada em: IPHAN

No coração de Rondônia, à margem do rio Guaporé, que separa o Brasil da Bolívia, uma fortaleza circundada por uma muralha de sete metros guarda um pedaço importante da história do País há quase 250 anos.

Construído em 1776, o Real Forte Príncipe da Beira, localizado no município de Costa Marques, já ficou por muito tempo esquecido, sendo encontrado abandonado e coberto de vegetação em 1914 pela expedição do marechal Cândido Rondon na região Norte do País.

Desde 1950, porém, o Forte – maior edificação militar portuguesa fora da Europa – conta com a proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que o reconheceu como Patrimônio Cultural Brasileiro. Além de tombado, o lugar também já foi oficialmente cadastrado como Sítio Arqueológico, o que é mais um motivo pelo qual o Estado brasileiro vem nesses 75 anos empreendendo diversas ações de preservação e promoção deste bem cultural junto à sociedade.

Entre as ações realizadas pelo Iphan a partir do tombamento do Forte, podem ser citadas a restauração parcial do conjunto formado pela poterna (como é chamada uma porta ou passagem secreta de uma fortificação) e latrinas, a estabilização emergencial da guarita leste e uma série de pesquisas arqueológicas conduzidas ao longo de anos, com resgate e salvamento de diversos vestígios que integram nosso patrimônio cultural.

Sítios arqueológicos: um bem de todos os brasileiros

As pesquisas arqueológicas no Real Forte Príncipe da Beira foram iniciadas em 2008, após a criação da superintendência do Iphan em Rondônia, em 2004. A partir dessas atividades,

foram revelados achados históricos que incluem estruturas de edificações associadas à fortaleza, como paiol e estábulo; materiais variados, como louças portuguesas, vidros, metais e cerâmicas indígenas; e evidências de ocupação pré-colonial e afro-brasileira.

“Para que possamos ter acesso a esse patrimônio e a todo conhecimento que pode ser alcançado a partir dos estudos arqueológicos, é importante que as intervenções em sítios, como o do Real Forte Príncipe da Beira, só ocorram com a devida autorização”,

pontua a arqueóloga do Iphan Ana Izabela Bertolo. Ela lembra que apenas profissionais da arqueologia legalmente habilitados (conforme a Lei nº 13.653/2018, que regulamenta a profissão no Brasil) podem explorar e fazer pesquisa nos sítios, sendo necessária autorização prévia do Iphan, sem a qual toda intervenção será considerada crime contra o patrimônio cultural da União. O que não significa que o Iphan seja o único responsável pela preservação de um bem como este.

“O Iphan é responsável pela gestão do patrimônio arqueológico, mas sua preservação é um direito e um dever de todos, sendo competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”,

diz a superintendente do Iphan em Rondônia, Alyne Mayra Rufino dos Santos.

Segundo ela, mesmo o cidadão comum compartilha essa responsabilidade de proteção de bens arqueológicos, podendo dar contribuições fundamentais para o Instituto.

“O cidadão pode entrar em contato conosco sempre que encontrar vestígios arqueológicos, garantindo que eles permaneçam no mesmo local onde foram encontrados, além de realizar denúncias quando houver destruição de sítios”, diz a superintendente. Ela ainda sugere “visitar instituições de guarda e museus, conhecer culturas diferentes e seus artefatos. Isso também é um importante passo para preservação”.

O Forte foi construído no século XVIII como estratégia defensiva das fronteiras entre Brasil e Bolívia, durante o período colonial, no contexto do Tratado de Madrid de 1750, firmado entre as coroas de Portugal e Espanha, para definir os limites entre as colônias sul-americanas pertencentes aos dois impérios.

As obras iniciaram em 20 de junho de 1775, com o lançamento da pedra fundamental de autoria inicial do engenheiro Domingos Sambucetti, que morreu de malária durante a obra, sendo substituído pelo Capitão José Pinheiro de Lacerda, que promoveu algumas modificações no plano original.

A partir de 1782, o capitão engenheiro Ricardo Franco de Almeida e Serra assumiu a construção. Embora ainda incompleto, o Príncipe da Beira viria a ser inaugurado em agosto de 1783, pelo governador D. Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres.

Parcialmente construído com pedras do rio Guaporé, o Forte é considerado a maior edificação militar portuguesa fora da Europa e é o mais antigo bem cultural de Rondônia reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro.

Além da relevância histórica, o Forte também é parte importante da cultura local. Em 2024, a edificação sediou os festejos finais de Pentecostes, que fazem parte da Festa do Divino Espírito Santo, manifestação em processo de Registro como Patrimônio Cultural Imaterial pelo Iphan. A festa ocorre há mais de 130 anos no Vale do Guaporé, cumprindo um trajeto fluvial de cerca de 50 dias de visita a dezenas de comunidades ribeirinhas, entre elas a comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira.

Fonte: Assessoria de Comunicação do Iphan – comunicacao@iphan.gov.br – [**Real Forte Príncipe da Beira \(RO\) completa 75 anos de tombamento pelo Iphan — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**](#)

DPHCEx realiza reunião sobre projeto de revitalização do Real Forte Príncipe da Beira Porto Velho (RO)

No dia 21 de março, o Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, General de Brigada Carlos Augusto Ramires Teixeira, participou de uma reunião sobre o Projeto de Revitalização do Real Forte Príncipe da Beira, na sede da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, na cidade de Porto Velho.



Postada em: Exército Brasileiro

O objetivo principal da reunião foi divulgar o projeto às autoridades locais e possíveis interessados em contribuir na restauração da importante fortificação. Participaram da reunião diversas autoridades, dentre elas o Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército, General de Exército André Luis Novaes Miranda, o Comandante Militar da Amazônia, General de Exército Achilles Furlan Neto, o Chefe do Centro de Coordenação de Operações do Comando Militar da Amazônia, General de Brigada Claudio Henrique da Silva Plácido, o Comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, General de Brigada Jorge Augusto Ribeiro Cacho, o Juiz Federal, Dimis Braga, o Superintendente Estadual do Turismo/RO, Gilvan José Pereira Junior, o Diretor do Departamento Material e de Fiscalização do IPHAN, Leonardo Barreto de Oliveira, autoridades civis e militares.

O Real Forte Príncipe da Beira, localizado às margens do Rio Guaporé, na fronteira do Brasil com a Bolívia, é a maior fortificação portuguesa fora de Portugal e é considerada um marco da engenharia de fortificação colonial. O forte foi essencial para garantir a manutenção da Fronteira Oeste Amazônica.



Postada em: Exército Brasileiro

Fonte: DPHCEx – PUBLICADO POR: EXÉRCITO BRASILEIRO

**Os fracos perdem tempo criticando. Os fortes avançam,
inspiram e deixam um legado.**

Não basta ser militar. É preciso saber ser militar.

Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM Veterano, Presidente da AHIMTB/RS
(lecaminha@gmail.com);

Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br;

Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br;

Site do Núcleo Militar de Gramado/Rainha do Mar: www.nucleo.com;

Blog da Delegacia da FA HIMTB/RS em Recife, PE - Delegacia Heróis de Guararapes:
<http://historiapatriota.blogspot.com>